UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Disciplina: História Contemporânea
Prof. Luiz Arnaut
Textos e documentos

Carta de Convocação dos Estados Gerais (1789)[1]

Por ordem do Rei.

Nosso amado e fiel. Temos necessidade do concurso de nossos fiéis súditos para nos ajudarem a superar todas as dificuldades em que nos achamos, com relação ao estado de nossas finanças e para estabelecer, segundo os nossos desejos, uma ordem constante e invariável em todas as partes do governo que interessam à felicidade dos nossos súditos e à prosperidade de nosso reino. Esses grandes motivos Nos determinaram a convocar a assembléia dos Estados de todas as províncias sob nossa obediência, tanto para Nos aconselharem e Nos assistirem em todas as coisas que serão colocadas sob as suas vistas, quanto para fazer-Nos conhecer os desejos e queixas de nossos povos, de maneira que, por mútua confiança e amor recíproco entre o Soberano e seus súditos, seja achado, o mais rapidamente possível, um remédio eficaz para os males do Estado e que os abusos de toda espécie sejam reformados e prevenidos, através de bons e seguros meios que possam assegurar a felicidade pública e restituir a Nós, particularmente, a calma e a tranqüilidade da qual estamos privados há tanto tempo.

Por esses motivos, Nós vos advertimos e notificamos que é de nossa vontade começar a realização da reunião dos Estados livres e gerais de nosso reino, segunda-feira, 27 de abril próximo, na nossa cidade de Versalhes, onde exigimos e desejamos que estejam presentes todos os notáveis de cada província, bailiado e senescalia. E por esse efeito, vos ordenamos e mui expressamente vos prescrevemos, que, ao recebimento da presente, passeis a eleger, escolher e nomear... todas as pessoas dignas desse grande testemunho de confiança. E serão os ditos deputados, munidos de instruções e poderes gerais e suficientes para propor, admoestar, avisar e consentir tudo aquilo que pode concernir às necessidades do Estado, à reforma dos abusos, ao estabelecimento de uma ordem fixa e durável em todas as partes da administração, para a prosperidade geral de nosso reino e o bem de todos e cada um dos nossos súditos, assegurando-lhes que, de nossa parte, encontrarão toda a boa vontade e afeição para manter e fazer executar tudo aquilo que seja decidido entre Nós e os ditos Estados, seja em relação aos impostos que terão consentido, seja para o estabelecimento de uma regra constante em todas as partes da administração e da ordem públicas; prometendo-lhes pedir e ouvir favoravelmente suas opiniões sobre tudo aquilo que possa interessar o bem de nossos povos, e de prover de tal modo sobre as queixas e propostas que terão feito, que o nosso reino, e todo os nossos súditos em particular, ressintam para sempre os efeitos salutares que eles devem esperar de tal e tão notável assembléia

Dado em Versalhes, em 24 de janeiro de 1 789.

Assinado: Luís
Secretário: Laurent de Villedeuil

---

[1] Fonte: MATTOSO, Kátia M. de Q. *Textos e documentos para o estudo de História Contemporânea.* São Paulo: Edusp, 1976.